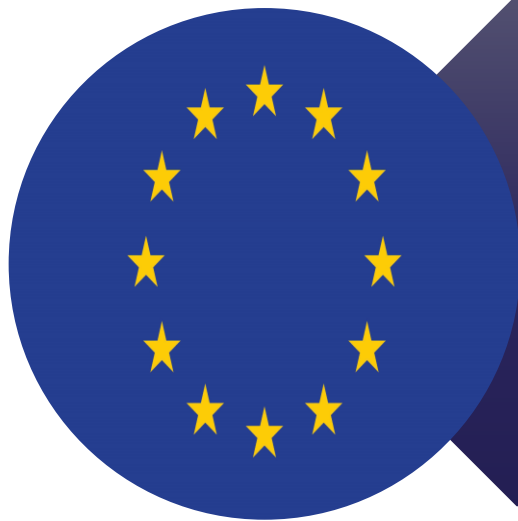


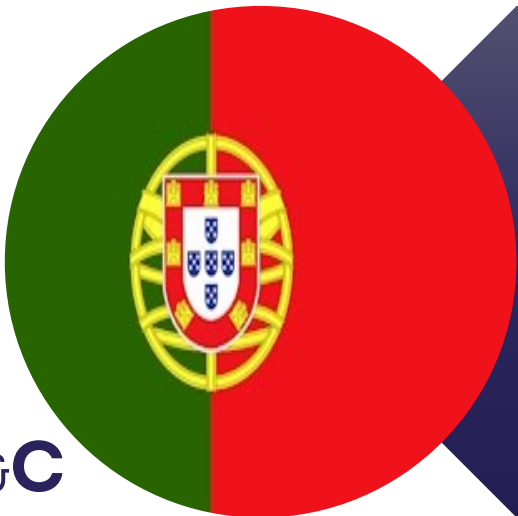
Funções da Agência para o Desenvolvimento e Coesão nos programas Interreg

Unidade de Política Regional
Núcleo de Cooperação Territorial

17 de outubro de 2023



A Cooperação Territorial Europeia (CTE) concretiza-se através da execução de Programas Interreg, financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), com a participação de diferentes Estados Membros (EM).



A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. assumiu esta responsabilidade, a título de Autoridade Nacional (AN).

Programas Interreg em que Portugal participa



Interreg
Espanña – Portugal



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

Interreg
Atlantic Area



Co-funded by
the European Union

Interreg
Sudoe



Co-funded by
the European Union

Interreg
NEXT MED



Co-funded by
the European Union

Interreg
Euro-MED



Co-funded by
the European Union

Interreg
Europe



Co-funded by
the European Union

URBACT



Co-funded by
the European Union
Interreg

ESPON



Co-funded by
the European Union
Interreg

Interreg
MAC



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

Funções da AD&C no Interreg

Vertente	Programa	Autoridade Nacional	Responsável pela Verificação de Gestão	Autoridade Certificação	Entidade Pagadora
Transfronteiriça	POCTEP	✓	CCDR	✓	✓
Transnacional	Espaço Atlântico	✓	✓	✓	✓
	SUDOE	✓	✓	Espanha	Espanha
	Euro-MED	✓	✓	Espanha	Espanha
	Next MED	✓	✓	Itália	Itália
Interregional	Europe	✓	✓	Bélgica	Bélgica
	URBACT IV	✓	✓	França	França
	ESPON	D.G. Território	-	França	França
	INTERACT IV	✓	-	Eslováquia	Eslováquia
RUP	MAC	✓	Regiões Autónomas	✓	✓

Órgão de governação nos Programas Interreg



Comité de Acompanhamento

Órgão central de decisão do programa.



Autoridade de Gestão

Responsável pela gestão do Programa em nome dos países participantes.



Autoridade de Certificação

Responsável por elaborar e enviar os pedidos de pagamento à Comissão Europeia. Elaborar e apresentar contas e realizar os pagamentos aos beneficiários das operações.



Autoridade de Auditoria / Grupo de Auditores

Responsável pelas auditorias de sistemas e auditorias de amostras de operações



Secretariado Conjunto

Executa a gestão operacional do programa.

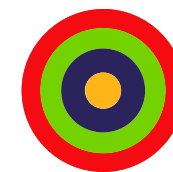


Autoridade Nacional / Ponto de Contacto

Representação de Portugal perante os órgãos de decisão dos Programas.

Responsável pelo sistema de gestão e controlo

Interreg 2021-2027
NUT II – Norte
Enquadramento geográfico



AD&C

Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.

Interreg POCTEP (Espanha – Portugal)

FEDER: 320.622.726 €



Galícia

A Coruña
Lugo
Ourense
Pontevedra

Castilla y León

Ávila
León
Salamanca
Valladolid
Zamora

Extremadura

Badajoz
Cáceres

Galícia

Cádiz
Córdoba
Huelva
Sevilla



Norte

Alto Minho
Cávado
Ave
Área Metropolitana do Porto
Alto Tâmega
Tâmega e Sousa
Douro
Terras de Trás-os-Montes

Centro

Beira Baixa
Beiras e Serra da Estrela
Médio Têjo
Oeste
Região de Aveiro
Região de Coimbra
Região de Leiria
Viseu Dão Lafões

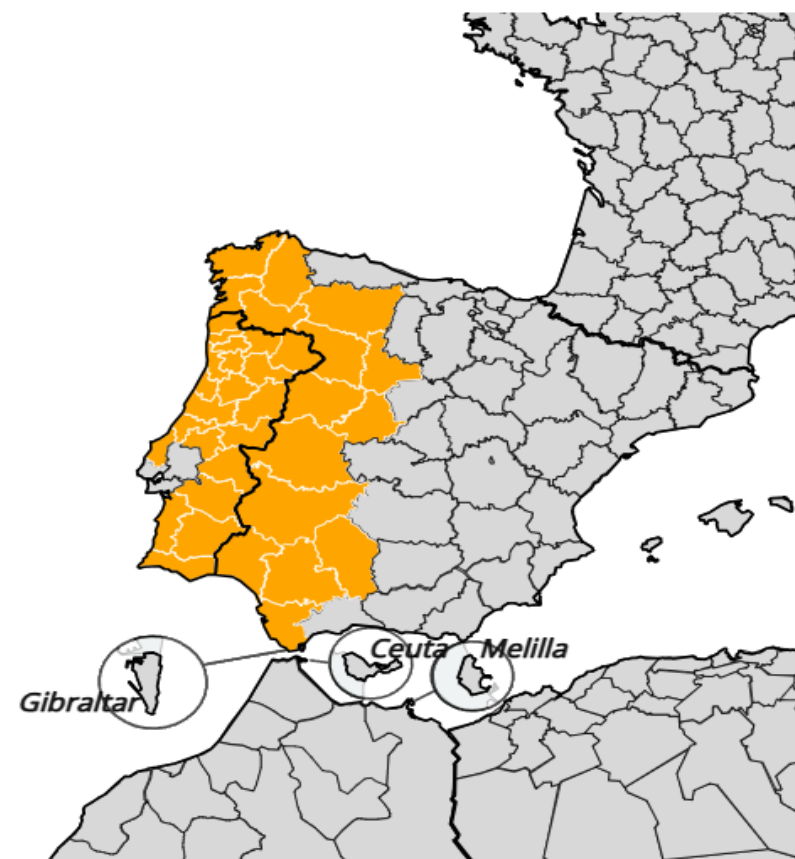
Alentejo

Alentejo Litoral
Baixo Alentejo
Alto Alentejo
Alentejo Central

Algarve

Algarve

CTEP (Spain – Portugal)



Interreg Espaço Atlântico

FEDER: 113 075 964 €



Todo o territorial nacional



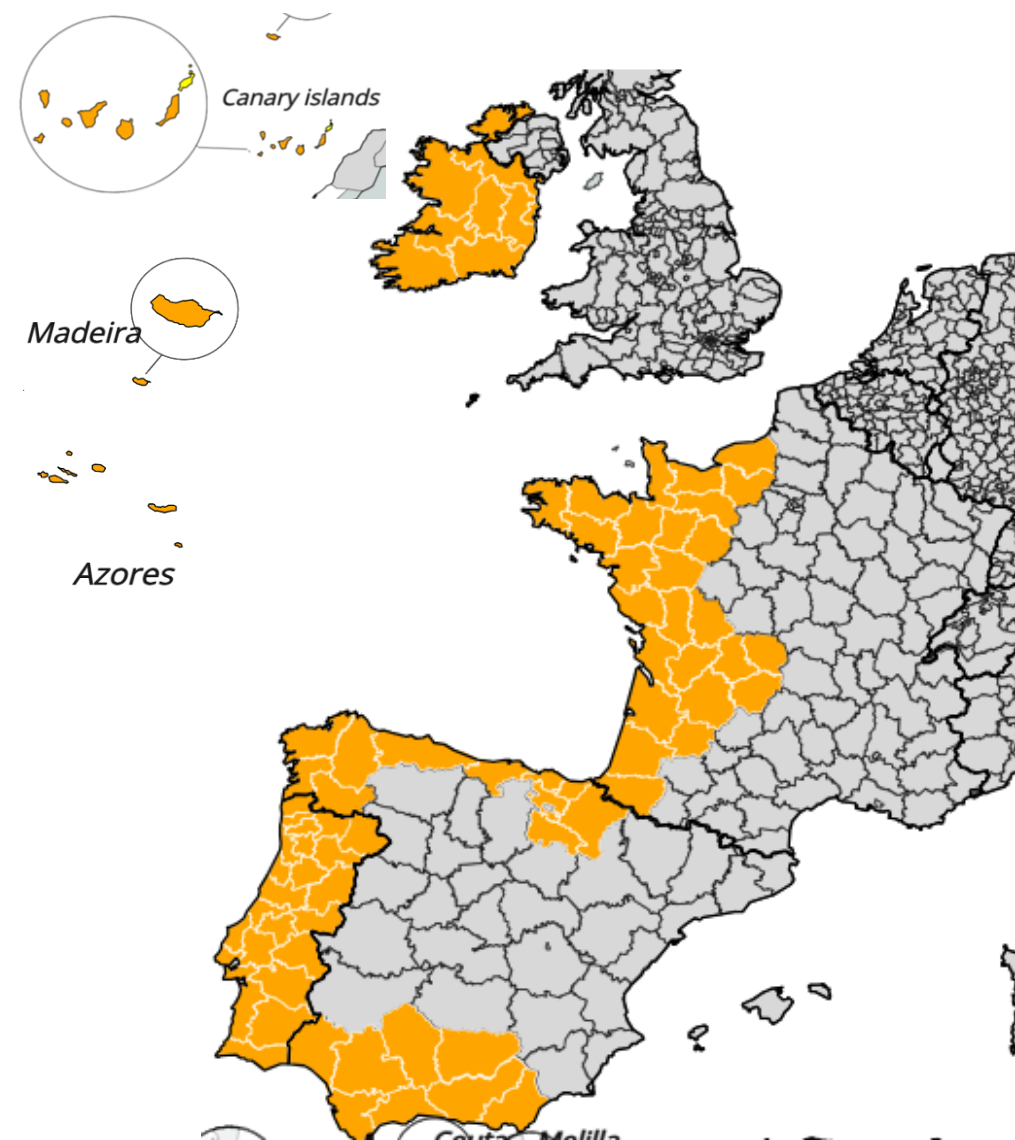
País Vasco
Navarra
La Rioja
Cantabria
Principado de Asturias
Galiza
Andaluzia
Islas Canarias

8 Regiões



Normandie
Pays-de-la-Loire
Bretagne
Nouvelle-Aquitaine

4 Regiões



Interreg Sudoe

FEDER: 115 673 259 €



Todo o territorial nacional



Todas as Regiões Autónomas
Ilhas Baleares
Cidade de Ceuta
Cidade de Melilla) exceto as
Ilhas Canárias)

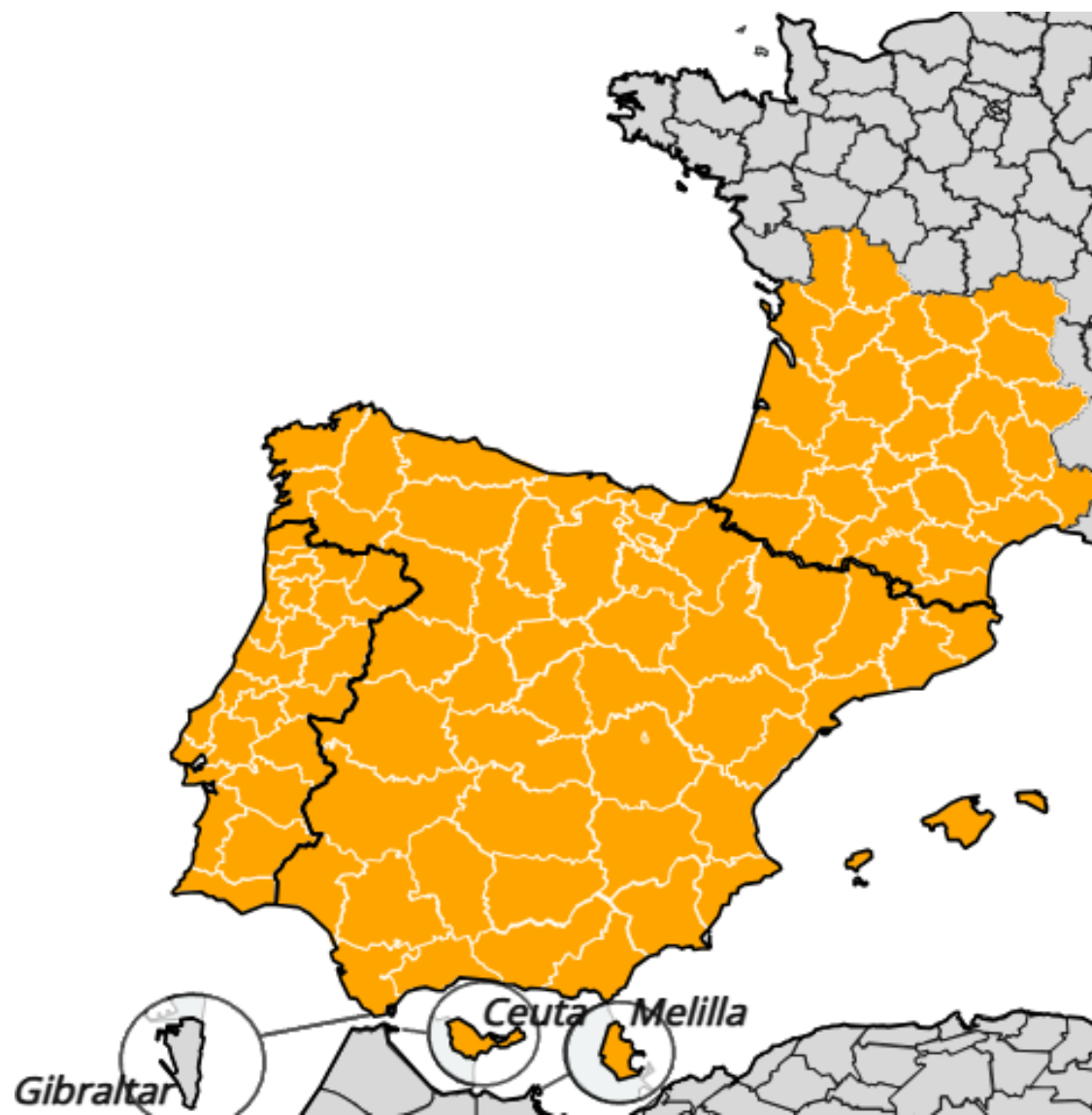


3 Regiões

Nouvelle Aquitaine
Auvergne
Occitanie

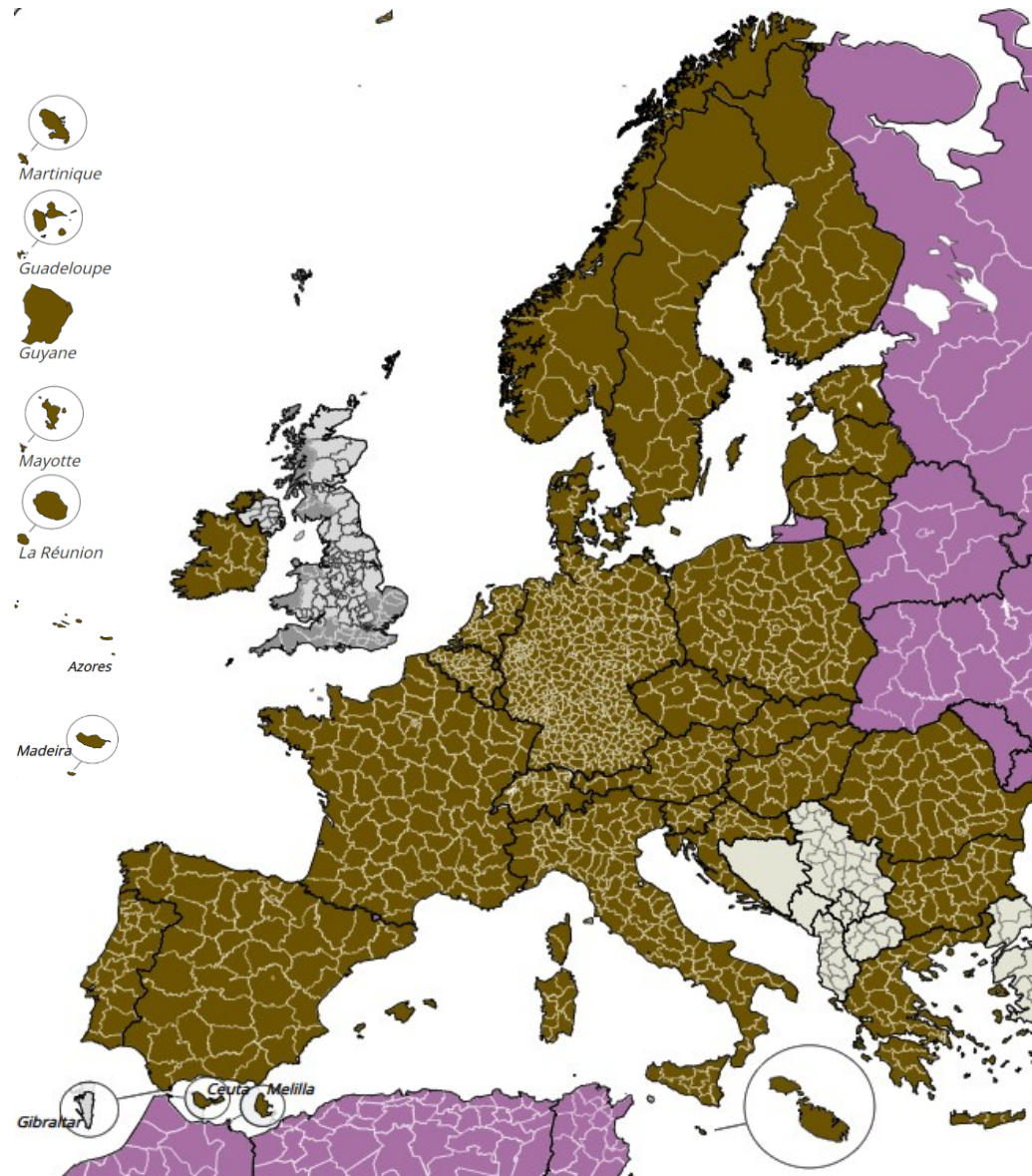
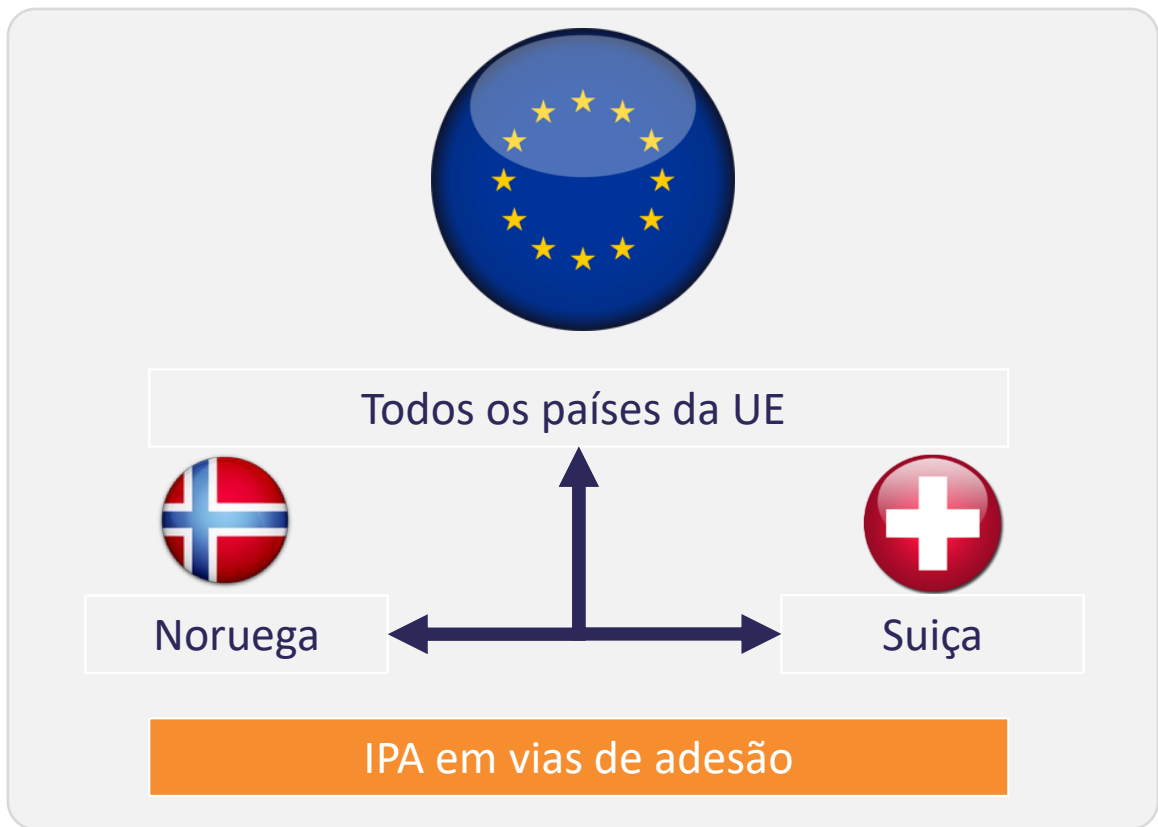


Principado de Andorra (país terceiro)



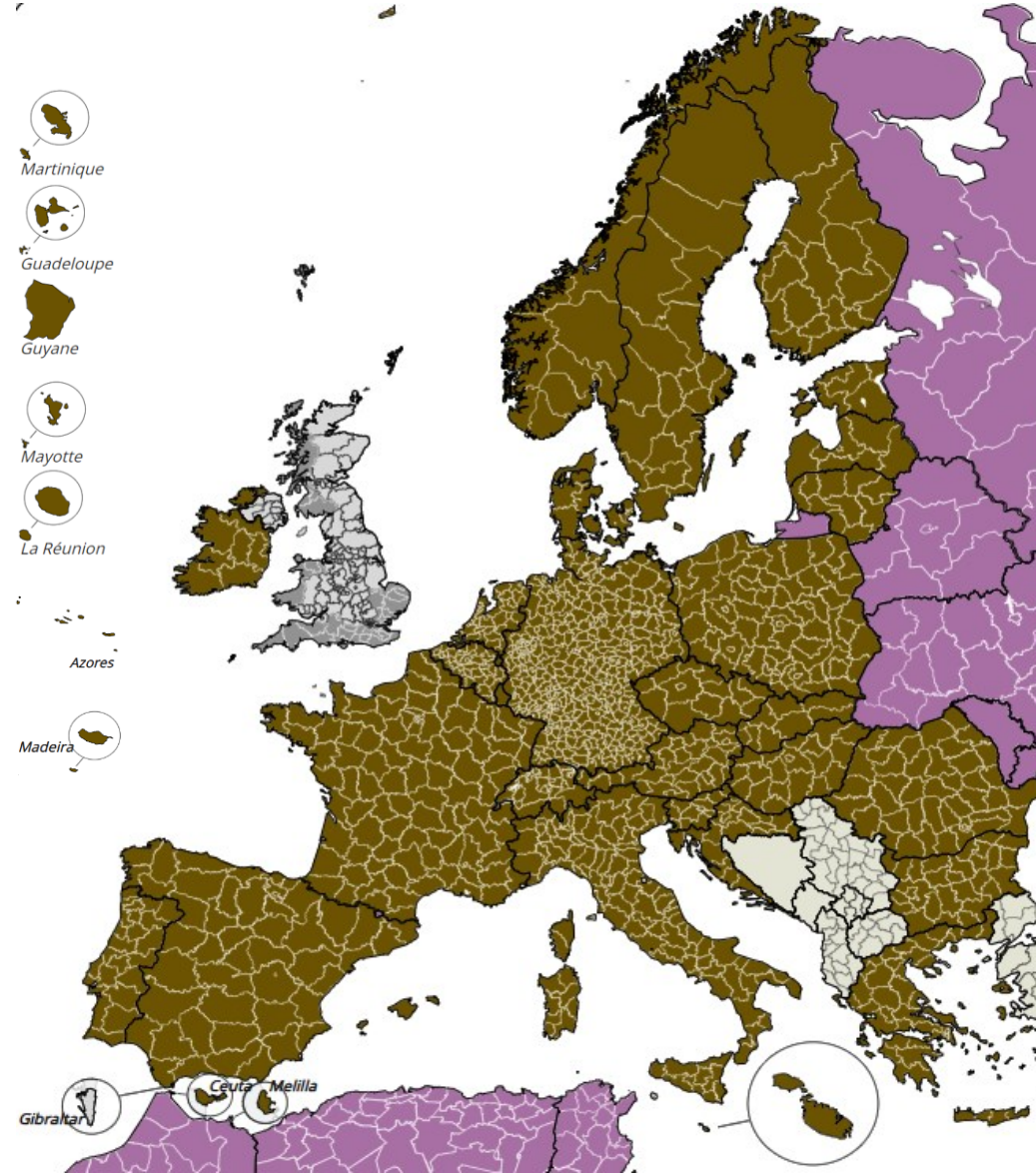
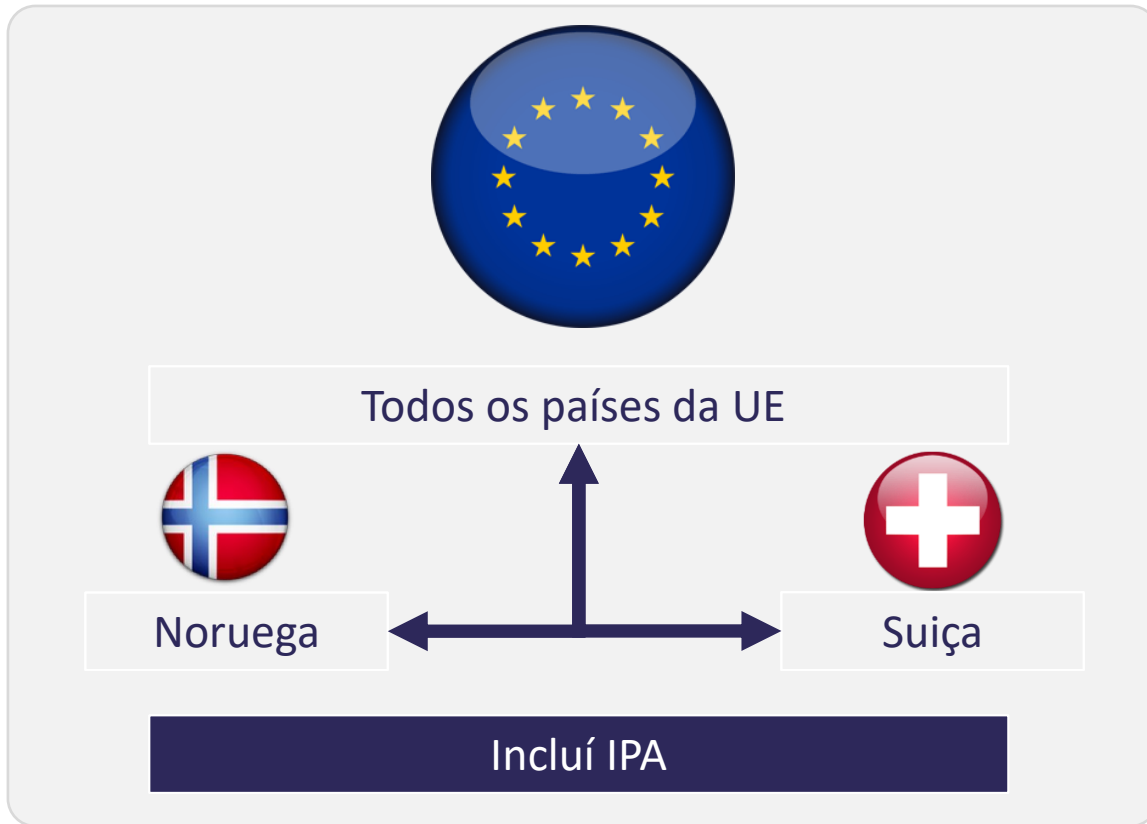
Interreg Europe

FEDER: 351 372 842 €



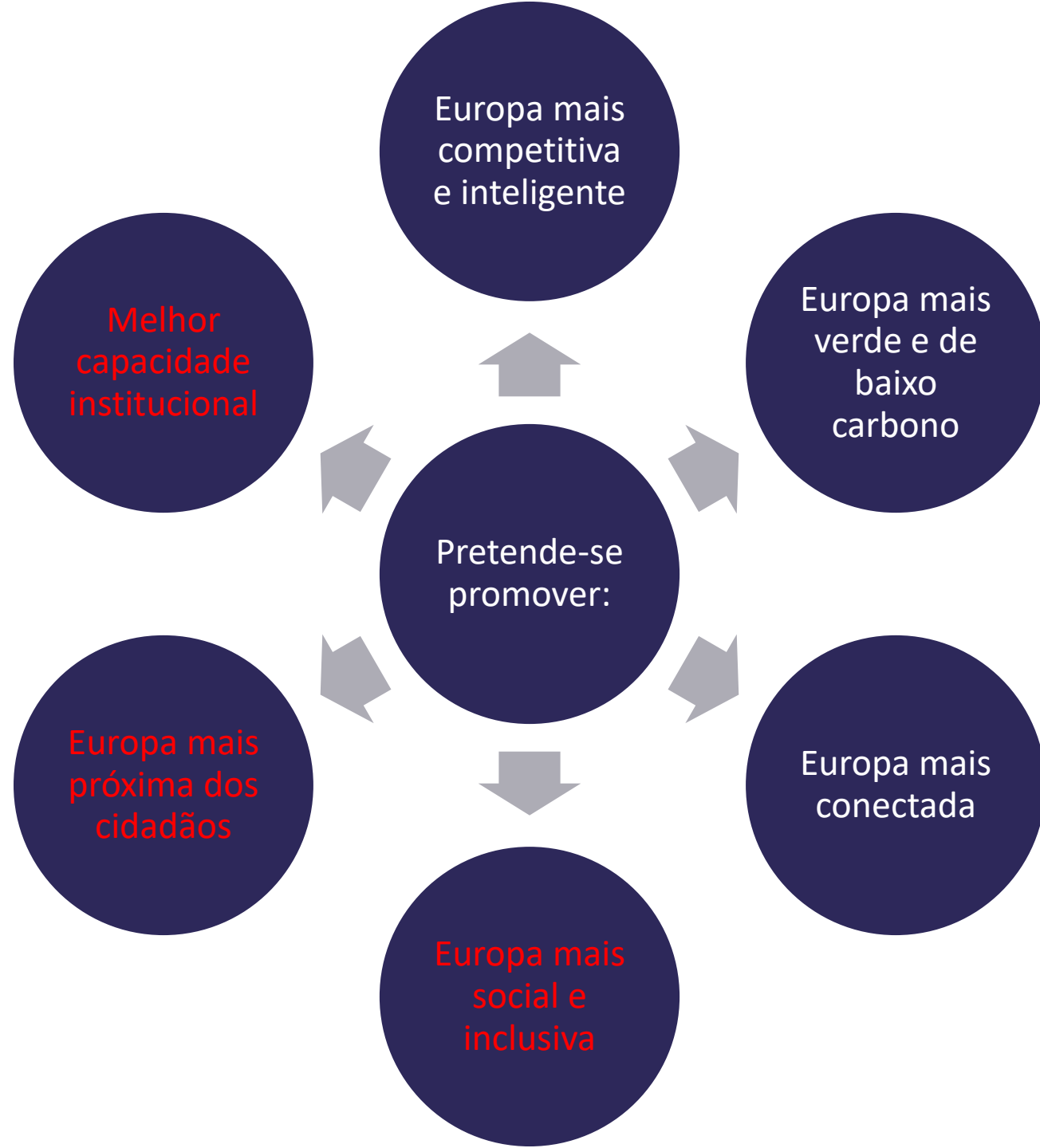
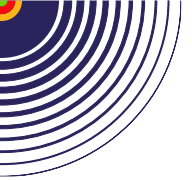
Interreg Urbact

FEDER: 79 769 799 €



Interreg 2021-2027

Enquadramento temático





Uma Europa mais competitiva e mais inteligente, mediante a promoção de uma transformação económica inovadora e inteligente e da conectividade das TIC a nível regional

Objetivos de Política	POCTEP	Espaço Atlântico	Sudoe	Next MED	Euro-MED	Europe	Urbact	Espon	MAC
1.1 desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas									
1.2 aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, organismos de investigação e as autoridades públicas									
1.3 reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos									
1.4 desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo									



Uma Europa mais verde e hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono e resiliente, mediante a promoção de uma transição energética limpa e equitativa

Objetivos de Política

- 2.1 promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa
- 2.2 promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE 2018/2001), incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos
- 2.4 promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
- 2.5 promover o acesso à água e a gestão sustentável da água
- 2.6 promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos
- 2.7 reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade, as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas e reduzir todas as formas de a poluição

	POCTEP	Espaço Atlântico	Sudoe	Next MED	Euro-MED	Europe	Urbact	Espon	MAC
2.1									
2.2									
2.4									
2.5									
2.6									
2.7									



Uma Europa mais conectada, mediante o reforço da mobilidade

Objetivos de Política

3.1 desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal

3.2 desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteira

POCTEP

Espaço Atlântico

Sudoe

Next MED

Euro-MED

Europe

Urbact

Espon

MAC





Uma Europa mais social e inclusiva, mediante a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Objetivos de Política	POCTEP	Espaço Atlântico	Sudoe	Next MED	Euro-MED	Europe	Urbact	Espon	MAC
4.1 reforçar a eficácia e inclusividade dos mercados de trabalho e o acesso a empregos de qualidade, através do desenvolvimento das infraestruturas sociais e da promoção da economia social									
4.2 melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida									
4.5 garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade									
4.6 reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social									



Uma Europa mais próxima dos cidadãos, mediante o fomento do desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de território e das iniciativas locais

Objetivos de Política

5.2 promover nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança

POCTEP	Espaço Atlântico	Sudoe	Next MED	Euro-MED	Europe	Urbact	Espon	MAC



Uma melhor governação da cooperação

Objetivos de Política

6.1 Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas, utilizando redes transnacionais para melhorar a capacidade das cidades europeias em desenhar e implementar planos de acção integrados ligados aos desafios comuns do desenvolvimento urbano sustentável, transferir boas práticas urbanas estabelecidas, projetar planos de investimento para replicar elementos de ações Inovadoras Urbanas

POCTEP	Espaço Atlântico	Sudoe	Next MED	Euro-MED	Europe	Urbact	Espon	MAC

Interreg 2021-2027

Enquadramento da participação



PARTICIPAR NUM PROJETO INTERREG

- Criação de redes colaborativas que permitem a partilha e transferência de conhecimentos entre entidades de diferentes setores
- Dinamização de acções de capacitação de diferentes atores (locais/regionais públicos e privados). Permite um maior conhecimento mútuo
- Criação de sinergias – melhoria de aprendizagem em rede implica persistir no reforço da cooperação
- Construção de uma ideia de Europa em que os Projetos contribuem para um desenvolvimento económico, social e territorial harmonioso e para o bem estar dos seus cidadãos
- Contribuir para a coesão territorial e para um desenvolvimento mais equilibrado e adequado às especificidades de cada território
- Programas de cooperação devem ser encarados como espaços privilegiados de experimentação de instrumentos e projetos de cariz europeu com forte incidência territorial. A participação num programa Interreg como valor acrescentado (porque não mobilizar FEDER Regional?).



PARTICIPAR NUM PROJETO INTERREG IMPLICA

- Encarar desafios relacionados com constrangimentos na implementação de um projeto (burocráticos, financeiros, da parceria, lidar com diferentes formas de encarar as condicionantes de participação num projeto de cooperação)
- Dificuldade em “escolher” uma parceria robusta. Importante conhecer com quem se vai trabalhar
- Dificuldades em implementar processos estruturantes e sustentáveis (burocráticos, legais)
- Necessidade de estabilidade económica (fundamental na participação das PME e das entidades do terceiro setor). Não há adiantamento e o circuito de pagamento pode, em alguns casos, ser moroso



CARACTERÍSTICAS DE UM PROJETO INTERREG

- Resolver uma problemática conjunta. Facilitar o dialogo entre entidades
- Projetos conjuntos, não um conjunto de ações realizadas em proveito próprio. A cooperação como um fim
- Soluções comuns para problemas comuns, com impacto no territorio de atuação do programa. Harmonização de políticas
- Objetivos claros e atividades realistas, tangíveis, com impacto no territorio do programa e sustentáveis no tempo
- Importância da apropriação, sustentabilidade e transferência de resultados (capitalização)

Preparação de uma candidatura

1. Identificar um problema ou necessidade com enquadramento num programa
Interreg

2. Definir o **objetivo geral** do projecto
Identificar o **âmbito de intervenção**

3. Identificar em que **Objetivo Específico** encaixa

4. Identificar os **indicadores** para os quais contribui o projecto

5. Elaborar um Plano de Ação e um Orçamento (atenção às obrigações de comunicação)

6. **Resultados esperados** que dão cumprimento ao objetivo do projeto.

Preparação de uma candidatura





PARCERIA (um aspeto chave)

- ✓ Parceria equilibrada
- ✓ Ideia de projeto tem que ser partilhada e apropriada por todos os parceiros e socios
- ✓ Garantir um bom beneficiário principal (BP) com capacidade de liderança
- ✓ Valor acrescentado para a cooperação claro
- ✓ Atores chave no territorio
- ✓ Participação de todos os parceiros no projeto e com papeis relevantes na implementação do mesmo
- ✓ Importância de atores regionais que assegurem o impacto do projeto nas políticas e a sustentabilidade dos resultados



IMPACTO DE UM PROJETO

É importante analisar o impacto dos resultados do projeto sobre o **grupo alvo** (comunidade, sociedade, grupo de particulares, empresas) e sobre outros aspeto, nomeadamente o **enquadramento nas Estratégias** (Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, RIS 3, Diretivas Quadro, Green Deal, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030, entre outros que possam ter impacto no projeto e no programa).

Neste contexto. **as estratégias constituem uma ferramenta que define as linhas gerais com as quais os programas e projetos estão articuladas**, não sendo diretamente financiadas por estes

Obrigada

www.adcoesao.pt

Raquel Rocha

nct@adcoesao.pt

